ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NOS CURRÍCULOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA NO BRASIL: DIRETRIZES E ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

ANALYSIS OF VIOLENCE IN POSTGRADUATE DENTISTRY CURRICULA IN BRAZIL: GUIDELINES AND AREAS OF CONCENTRATION

Gustavo Henrique Franciscato Garcia
ORCID 0000-0003-1790-1211

Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ
Universidade Cesumar, UNICESUMAR
Maringá, Brasil
gustavo.garcia@unicesumar.edu.br

Marcos Nascimento
ORCID 0000-0002-3363-4232

Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ
Instituto Fernandes Figueira, IFF
Rio de Janeiro, Brasil
marcos.nascimento@fiocruz.br

Suely Ferreira Deslandes
ORCID 0000-0002-7062-3604

Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ
Instituto Fernandes Figueira, IFF
Rio de Janeiro, Brasil
deslandes.s@gmail.com

Resumo. A formação odontológica no Brasil tem se concentrado majoritariamente em aspectos técnico-clínicos, relegando temas como a violência a um papel secundário. Este estudo analisa a presença da temática da violência nos currículos dos programas de pós-graduação stricto sensu em Odontologia no Brasil, identificando diretrizes e áreas de concentração. Trata-se de estudo descritivo, de abordagem documental e quantiquali. Foram analisados os currículos de 99 programas ativos em 2023, com base nos dados da Plataforma Sucupira e nas páginas institucionais das universidades. Os resultados indicam que apenas 2% das disciplinas abordam a violência, sendo a maioria concentrada na área de Saúde Coletiva, com menor presença em especialidades como Odontopediatria e Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial. A ausência desse tema em grande parte dos programas evidencia a necessidade de uma formação mais abrangente, alinhada às demandas da saúde pública e da atuação dos cirurgiões-dentistas no reconhecimento e enfrentamento da violência. O estudo evidenciou que a temática da violência ainda aparece de forma limitada nos currículos de Odontologia, concentrada em poucas disciplinas e referências, o que aponta para a necessidade de maior inserção e abordagem interdisciplinar.

Palavras-chave: Educação em Odontologia; Currículo; Ensino Superior; Formação Profissional em Saúde.

Abstract. Dental education in Brazil has been predominantly focused on technical and clinical aspects, relegating topics such as violence to a secondary role. This study analyzes the presence of the theme of violence in the curricula of stricto sensu graduate programs in Dentistry in Brazil, identifying guidelines and areas of concentration. It is a descriptive study, with a documentary and quanti-qualitative approach. The curricula of 99 active programs in 2023 were analyzed, based on data from the Sucupira Platform and the institutional websites of universities. The results indicate that only 2% of the courses address violence, most of them concentrated in the field of Public Health, with a smaller presence in specialties such as Pediatric Dentistry and Oral and Maxillofacial Surgery and Traumatology. The absence of this theme in most programs highlights the need for broader training, aligned with public health demands and the role of dentists in recognizing and addressing violence. The study showed that the theme of violence still appears in a limited way in Dentistry curricula, concentrated in few courses and references, which points to the need for greater inclusion and interdisciplinary approaches.

Keywords: Dental Education; Curriculum; Higher Education; Professional Training in Health.

1. INTRODUÇÃO

A evolução da pós-graduação stricto sensu em Odontologia no Brasil indica uma trajetória de consolidação técnico-científica e um esforço específico para modificar o papel da pesquisa na formação de profissionais (Ferreira, Souza, & Nascimento, 2018). A quantidade de programas foi ampliada visando adequar-se às necessidades regionais nos últimos anos. As mudanças propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) visam ampliar o escopo

de suas pesquisas e fortalecer sua integração com as necessidades do sistema de saúde. Ratifica-se neste cenário, a importância da formação em pesquisa, permitindo que os pós-graduandos tenham uma base para a atuação no ensino superior e para o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas odontológicas (Dias, Ramos, & Mendonça, 2020).

As atualizações nas DCNs e as políticas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) impulsionaram uma maior convergência entre a formação técnica e científica na pós-graduação em Odontologia, com foco na internacionalização e na inovação (Alves, Oliveira, & Lima, 2018). Estudos (Medina-de-Cortillas & Labbe-de-La-Fuente, 2024; Santos & Lima, 2019) mostram que a incorporação de metodologias ativas e de pesquisas aplicadas às realidades locais fortalecem as competências dos estudantes com a expectativa de enfrentar os desafios emergentes da saúde bucal e os preparativos para contribuir com o desenvolvimento acadêmico e científico global. No entanto, a expansão dos programas, apesar de necessária, pode não ser acompanhada por um investimento proporcional na qualificação docente, o que pode comprometer a uniformidade na qualidade da formação e na capacidade de promover o pensamento crítico e investigativo entre os futuros profissionais (Santos & Lima, 2019).

Vale destacar que um currículo pode ser entendido como um conjunto de orientações que irão definir os conhecimentos, habilidades e valores a serem transmitidos em um processo educacional (Lopes & Macedo, 2011). Tal documento não deve ser considerado apenas técnico, mas sim uma construção social e cultural, influenciada por fatores políticos, econômicos e ideológicos. Os atores que definem o currículo podem variar, incluindo desde especialistas em educação até governos, instituições e comunidades escolares. Na prática, serão refletidas as decisões sobre o que é considerado importante ensinar e aprender, e essas decisões estão imersas em disputas de poder e valores (Lopes & Macedo, 2011; Young, 2014).

Elaborar de maneira errônea um currículo pode impactar e perpetuar diretamente as desigualdades sociais, ao privilegiar determinados conhecimentos e culturas em detrimento de outros. Além disso, um currículo inadequado pode desmotivar alunos e professores, tornando o aprendizado irrelevante para a vida prática e as demandas sociais. Joseph Schwab (Lopes & Macedo, 2011), por exemplo, destacou que currículos excessivamente teóricos ou descontextualizados não atendem às necessidades das escolas e dos alunos, o que pode levar a um distanciamento entre a teoria educacional e a prática pedagógica.

A inclusão de temas de saúde pública e questões sociais, como a violência, nos programas de pós-graduação stricto sensu em Odontologia reflete um movimento progressivo para alinhar a formação de cirurgiões-dentistas às necessidades sociais e à complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Integrar essas questões na formação científica e prática dos pós-graduandos permite que esses profissionais desenvolvam um olhar mais abrangente sobre os determinantes sociais da saúde e suas inter-relações com a prática odontológica (Moura, Vieira, & Carvalho, 2019). A abordagem de tais temas na pós-graduação fortalece o reconhecimento precoce de sinais de violência e amplia a capacidade de atuação esperada de qualquer profissional de saúde, seja para a notificação, seja para o cuidado às pessoas em situação de violência (Moura, Vieira, & Carvalho, 2019; Vieira & Castro, 2021).

Visando reforçar a formação dos profissionais, faz-se necessário atualizar os currículos com temas voltados para a saúde coletiva, bem como, os aspectos éticos e sociais aplicados na prática Odontológica, potencializando a formação de profissionais conscientes das necessidades dos diferentes grupos populacionais e sociais. Trazer esses temas para a realidade dos cursos de pós-graduação contribui para desenvolver uma prática clínica competente e empática e adaptada às realidades socioculturais dos pacientes, preparando dessa forma, os cirurgiões dentistas para desempenhar um papel importante dentre na promoção de saúde (Vieira & Castro, 2021; Oliveira, Sousa, & Ribeiro, 2020).

DOI https://doi.org/10.14571/brajets.v18.n4.2154-2164
ISSN 2316-9907

A violência doméstica e por parceiros íntimos, é um fator de risco para a saúde bucal das mulheres e crianças, impactando diretamente as condições físicas e psicológicas dos pacientes. Lesões orofaciais, perdas de dentes, fraturas e outros traumas estão entre as manifestações mais comuns entre as vítimas de violência, principalmente em casos de agressões físicas que envolvem a região craniofacial (Silva, Alves, & Costa, 2022; Souza, Batista, & Santos, 2020; Cohen, Harris, & Bonito, 2007). Para além dos danos físicos, a experiência de violência também pode levar a comportamentos de negligência com a saúde bucal e ao isolamento social, interferindo na frequência com que esses pacientes buscam atendimento odontológico. Desta forma, sensibilizar os profissionais de Odontologia para a identificação desses sinais é fundamental para promover um cuidado integral e acolhedor, que possa contribuir tanto para a recuperação física quanto para o apoio psicossocial das vítimas (Silva, Passeri, & Almeida, 2019).

A necessidade de os cirurgiões-dentistas estarem preparados para lidar com casos de violência também se justifica pela posição estratégica que ocupam na detecção precoce desses quadros. Segundo Carvalho & Andrade (2019), em seu estudo, a maior parte das pacientes que vivenciam violência não fala abertamente do problema, sendo a capacitação dos profissionais um fator crucial para o reconhecimento de sinais sutis e para o encaminhamento adequado a serviços de apoio. Essa conscientização também melhora as interações profissionais, incentivando uma abordagem ética e empática na relação com pacientes em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a Odontologia se firma como uma área que não apenas promove a saúde bucal, mas também exerce um papel relevante na defesa dos direitos humanos e no apoio a ações de prevenção e proteção contra a violência (Lima, Torres, & Sousa, 2021).

Neste contexto, o presente trabalho analisa a participação da temática violência nos currículos dos cursos de pós-graduação Strictu Sensu brasileiros na área de Odontologia. Buscamos examinar criticamente a frequência e tipo de atividades em que tal tema se faz presente nessa formação.

2. METODOLOGIA – MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, de abordagem documental e quantiquali. A coleta de dados foi realizada entre junho e outubro de 2024, utilizando as informações disponibilizadas na Plataforma Sucupira (https://sucupira.capes.gov.br/). Foram analisados os currículos de todos os 99 programas de pós-graduação stricto sensu em Odontologia no Brasil, abrangendo instituições de todas as regiões do país. Esses dados representam a totalidade dos programas em funcionamento no ano de 2023, de acordo com os registros da Plataforma Sucupira (CAPES). As informações foram complementadas por consultas realizadas nas diretamente nas páginas institucionais dos programas ou instituições, quando necessário.

Nessas páginas, foram analisadas as bibliografias das disciplinas disponibilizadas nos currículos, bem como suas ementas e objetivos. Essa etapa permitiu identificar de forma mais detalhada se e como o tema da violência era abordado, além de conferir a frequência de autores e referências relacionadas ao tema.

Cada programa de pós-graduação foi classificado individualmente, com todas as variáveis de interesse como nota atribuída, área de concentração, linhas de pesquisa, localização (região e estado), nome, grau acadêmico, tipo de programa, número total de disciplinas oferecidas e quantidade de disciplinas que incluíam o tema da violência em seus conteúdos e/ou sua bibliografia.

Com base nas principais áreas odontológicas amplamente reconhecidas na literatura especializada (Encyclopaedia Britannica, n.d.; Juniper Publishers, n.d.; Medwin Publishers, n.d.). Ainda assim, foi acrescentada a categoria “Outras”, para abranger áreas emergentes ou amplas como Biologia Oral, Materiais Dentários e Harmonização Facial. Durante esse processo de categorização, vale salientar que um único programa pode abranger mais de uma área de

concentração. Essa configuração é permitida e regulamentada pela CAPES, especialmente em programas que buscam atender a múltiplas demandas acadêmicas e profissionais. Assim, é possível que um programa contemple, por exemplo, tanto a área de Saúde Coletiva quanto a de Odontologia Legal/Forense, desde que haja convergência/coerência entre seus objetivos acadêmicos e suas linhas de pesquisa. Desta forma, caracterizamos as categorias da seguinte maneira:

1. Odontologia Legal / Forense: Interface entre odontologia e sistema legal, focada em identificação de indivíduos e análise de lesões.
2. Odontopediatria: Atendimento especializado para crianças e adolescentes, priorizando o desenvolvimento dentário infantil.
3. Cirurgia e Traumatologia: Diagnóstico e tratamento cirúrgico de traumas e deformidades faciais.
4. Saúde Coletiva: Promoção e prevenção de saúde bucal em populações, incluindo políticas de saúde.
5. Dentística: Tratamentos restauradores focados na estética e funcionalidade dentária.
6. Endodontia: Diagnóstico e tratamento de lesões na polpa dentária, como tratamentos de canal.
7. Periodontia: Prevenção e tratamento de doenças nas gengivas e estruturas de suporte dos dentes.
8. Prótese Dentária: Reabilitação de dentes perdidos por meio de próteses fixas ou removíveis.
9. Ortodontia: Correção de anomalias dentofaciais e desalinhamento dentário.
10. Patologia Oral e Maxilofacial: Diagnóstico de doenças bucais e maxilofaciais, incluindo lesões e tumores.
11. Radiologia Odontológica: Diagnóstico de condições bucais e faciais por meio de imagens.
12. Odontogeriatria: Cuidados específicos para a saúde bucal da população idosa.
13. Implantodontia: Colocação de implantes dentários para restauração funcional e estética.
14. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais: Atendimento adaptado a pacientes com limitações físicas ou mentais.
15. Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial: Tratamento de dores e disfunções na articulação temporomandibular.
16. Outras: Inclui áreas não classificadas anteriormente, como Biologia Oral, Materiais Dentários, Harmonização Facial.

Todas as disciplinas de cada programa foram acessadas na integra por meio da Plataforma Sucupira, utilizando os currículos disponibilizados por cada instituição. Inicialmente, foram identificadas as disciplinas por meio de seus títulos, e em seguida, foram analisados os resumos e as ementas disponíveis, vale salientar que em alguns casos não existia qualquer informação sobre bibliografia ou sobre a disciplina. Esse procedimento teve como objetivo garantir que o levantamento incluísse todas as disciplinas que, direta ou indiretamente, tivessem relação com o tema da violência.

Após a identificação inicial, as disciplinas foram agrupadas conforme a área de concentração a que pertenciam (como já citado). Esse agrupamento permitiu observar se havia padrões de distribuição do tema violência entre as diferentes áreas. Em seguida, foi realizada uma análise específica das disciplinas que mencionavam o tema violência, examinando a bibliografia utilizada, o que permitiu mapear os principais autores e obras utilizados como referência teórica.

3. RESULTADOS

Foram identificadas 101 instituições envolvidas em programas de pós-graduação stricto sensu em Odontologia no Brasil. Contudo, o número de programas analisados foi de 99, já que em alguns casos as instituições oferecem iniciativas em caráter associativo. Um exemplo é o programa "Odontologia na Forma Associativa", desenvolvido conjuntamente pela ATITUS Educação S.A. e pela Universidade de Ribeirão Preto, que recebeu nota A na avaliação da CAPES. Outro caso é o programa de "Odontologia", realizado em parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade CEUMA, avaliado com nota 4. Além disso, algumas instituições mantêm mais de um programa, o que faz com que apareçam mais de uma vez, mas com iniciativas distintas.

Dentre os programas analisados, observou-se que a área de "Clínica Odontológica" se destaca como a mais frequente, presente em 53 programas, evidenciando sua relevância como eixo da formação. Outras áreas com alta demanda incluem Endodontia (17 programas), Ortodontia (16), Periodontia (15) e Dentística (14). Em contraste, áreas como Odontogeriatria e Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais não foram representadas nos currículos analisados. A categoria "Outra" visa agrupar os campos diversos e foi organizada para separar áreas emergentes específicas. Assim, Biologia Oral, Harmonização Facial e Materiais Dentários, aparecendo dessa forma em 44 áreas de concentração, evidenciando o crescimento de interesses acadêmicos em tecnologias estéticas e inovações nos materiais utilizados na prática odontológica. Essa divisão mais detalhada permite uma análise mais precisa dos interesses acadêmicos e das tendências de especialização, como observado na Gráfico 01.

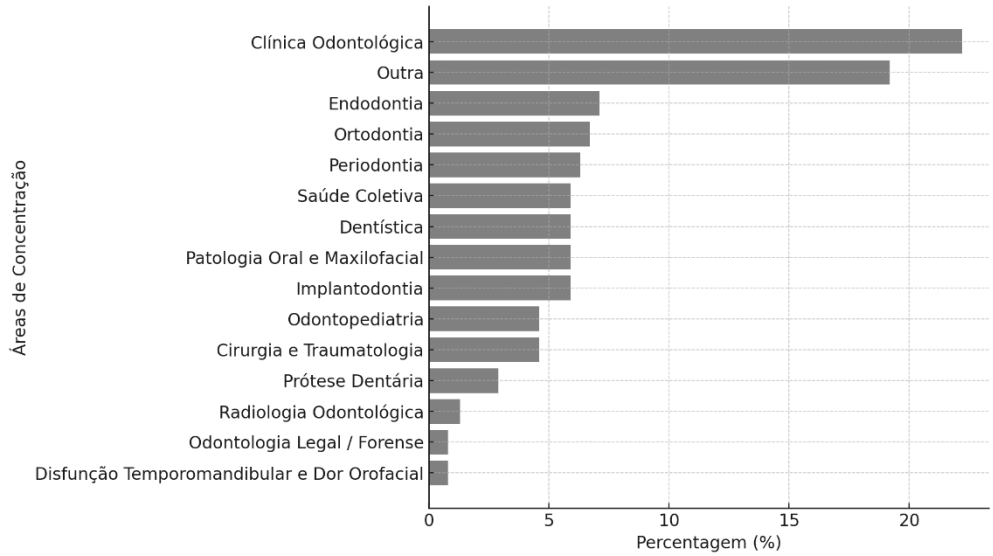

Gráfico 1. Distribuição das Áreas de Concentração nos Programas de Pós-Graduação em Odontologia no Brasil (2023). Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A análise da distribuição regional dos programas de pós-graduação em Odontologia no Brasil revela uma maior concentração no Sudeste, que conta com 56 programas. A região Sul ocupa a segunda posição, com 18 programas, seguida pelo Nordeste, com 16. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentam números bem menores, com 6 e 3 programas, respectivamente. Essa disparidade regional reflete desigualdades históricas na distribuição de recursos educacionais e na oferta de programas acadêmicos (Figura 02).

Considerando os critérios estabelecidos pela Capes para a avaliação, observa-se que os programas com nota 4 predominam na área de Odontologia. Na região Sudeste, observa-se uma maior concentração de programas com notas mais altas, incluindo 5, 6 e os únicos com nota 7. A região Sul também apresenta um número significativo de programas com notas elevadas (Gráfico 02).

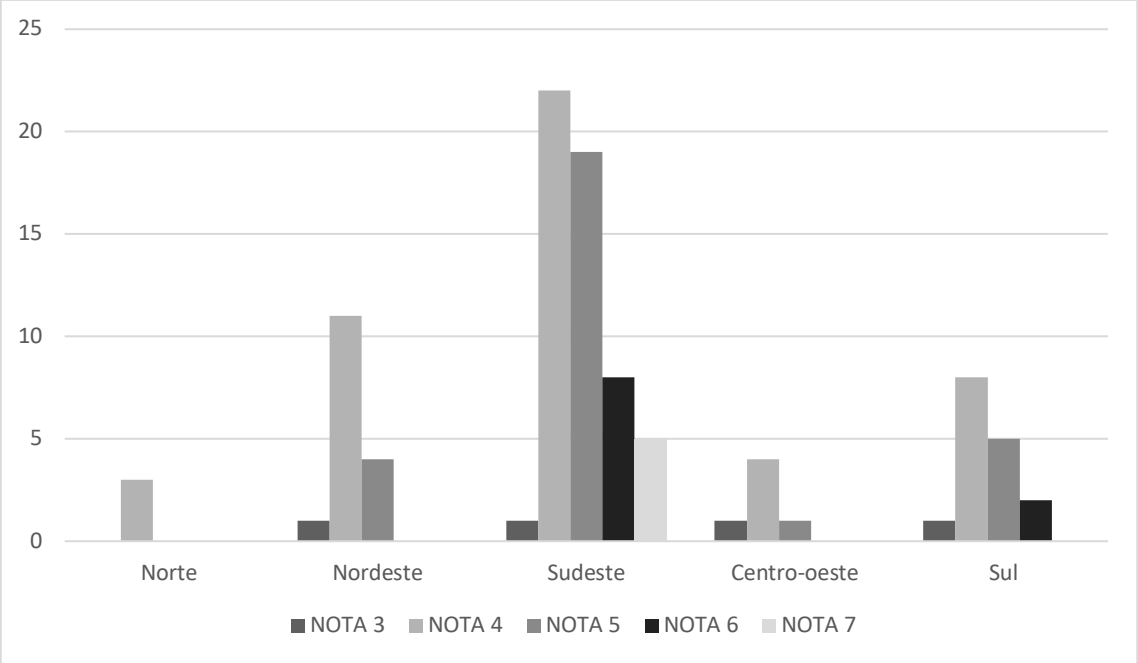

Gráfico 2. Distribuição das notas atribuídas aos PPG por região.
Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Quando se avalia o perfil dos programas oferecidos, nota-se também a predominância de cursos acadêmicos, que correspondem a 84% do total, em contraste com apenas 15% de cursos profissionais. Além disso, a maioria dos programas combina mestrado e doutorado (66), seguidos por programas unicamente de mestrado (27), enquanto programas exclusivos de doutorado são poucos (6).

Analisando a distribuição total de disciplinas (5080) constatou-se que o tema da violência, está presente em apenas 2% das disciplinas analisadas (104), evidenciando uma escassa inclusão nos currículos acadêmicos.

A distribuição das disciplinas que abordam a temática da violência revela uma predominância significativa na área de Saúde Coletiva, com 76 disciplinas, seguida por Bioética (8 disciplinas) e Odontopediatria (8 disciplinas). A área de Odontologia Legal/Forense também aparece representada com 5 disciplinas, enquanto Cirurgia e Traumatologia contam com apenas 1 disciplina. Além disso, 6 disciplinas foram situadas em uma categoria "Outras", abordando também temas mais amplos como Filosofia da Ciência, Responsabilidade Social no Ensino e Pesquisa, Desenvolvimento Profissional, Psicologia da Saúde, Pesquisas Qualitativas em Saúde e Ciências Sociais e Humanas na Saúde.

Foram identificadas 111 referências vinculadas às 104 disciplinas que abordam diretamente a temática da violência. Ressalta-se que, para este estudo, foram consideradas apenas referências de acesso gratuito e livre disponibilidade. A consulta à bibliografia disponível nos repositórios teve como objetivo verificar a efetiva relação das obras com a temática, uma vez que tal informação nem sempre estava explicitada nos títulos. Contudo, parte do material apresentava acesso restrito, o que impossibilitou a análise de seu conteúdo e, consequentemente, a confirmação sobre a presença ou ausência da temática da violência.

Autores e instituições com maior frequência de citação foram identificados pela relevância de suas contribuições, conforme ilustrado na Figura 01.



Figura 01. Nuvem de Palavras - Autores Citados. Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Observou-se nas nuvem de palavras que o Ministério da Saúde do Brasil é amplamente referenciado em publicações sobre diversas formas da violência (Brasil, 2019; Brasil, 2001; Brasil, 2009ª; Brasil, 2009b, Brasil 2008), incluindo a violência doméstica, de gênero e contra crianças, destacando diretrizes que enfatizam o atendimento integral às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, a capacitação de profissionais de saúde para lidar eficazmente com esses casos e a criação de redes de apoio e proteção. Entre as referências mais citadas nas disciplinas que abordam a temática da violência, destaca-se a de autoria da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) (Brasil, 2021), ligada ao Ministério da Saúde, que analisa as raízes socioeconômicas da violência e a apresenta como consequência e fator de perpetuação das desigualdades sociais, com impactos diretos na saúde da população. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil, a violência é discutida como reflexo das estruturas desiguais da sociedade, defendendo políticas públicas que abordem essas causas estruturais para mitigar seus efeitos.

A nuvem aponta que o autor mais citado foi a ABO-Odontopediatria (Associação Brasileira de Odontopediatria) em seu Manual de Referência para Procedimentos Clínicos em Odontopediatria, organizado por Massara MLA, Rédua PC. O texto discute a abordagem da violência no contexto da saúde bucal infantil (ABO-Odontopediatria, 2010). Este manual denota a importância de uma prática clínica que reconheça sinais de abuso e negligência em pacientes pediátricos, orientando profissionais para a identificação precoce e para o encaminhamento adequado desses casos.

Autores como Vanrell e Borborema (2007) tiveram destaque na nuvem de palavras, pois esses estudos têm contribuído significativamente, abordando temas relacionados à bioética e à identificação de sinais de violência em "Vademecum de Medicina Legal e Odontologia Legal". Esses trabalhos destacam a ética na atuação profissional e o papel da odontologia na promoção da saúde e proteção dos pacientes. Além disso, Nunes (2006), também aparece nessa nuvem, entre os mais citados, contribuindo para o entendimento das relações entre desigualdades sociais, violência e saúde, reforçando a necessidade de estudos interdisciplinares que promovam soluções integradas.

Na área odontológica, a violência contra profissionais de saúde e a identificação de sinais de violência em pacientes são temas discutidos por Rovida e Garbin (2013), bem como por Daruge, Daruge Jr. e Francesquini Jr (2013). Em Noções de Odontologia Legal e Bioética, Rovida e Garbin (2013) destacam a importância da ética na documentação e no

encaminhamento de casos de violência, fornecendo diretrizes para a conduta profissional nesses contextos. De maneira complementar, Daruge *et al*. (2013), no Tratado de Odontologia Legal e Deontologia, exploram os aspectos legais e éticos relacionados à atuação odontológica em situações de violência, reforçando o papel do dentista nos casos de violência, além de enfatizar a necessidade de protocolos claros e embasados na deontologia odontológica.

No campo da saúde coletiva Minayo e Deslandes contribuem com obras como "Os Muitos Brasis" (Minayo, 1999) e "Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade" (Minayo, Deslandes, & Gomes, 2007), nas quais a violência é apresentada como um fenômeno complexo, com raízes socioculturais e econômicas, demandando políticas públicas direcionadas às populações mais vulneráveis. Da mesma forma, o Tratado de Saúde Coletiva, de Campos et al., aborda a violência como um problema de saúde pública, enfatizando a necessidade de políticas e gestões eficazes para reduzir seus impactos (Campos et al., 2007).

Na perspectiva bioética, Barchifontaine e Pessini (2002), na obra "Bioética: Alguns Desafios", refletem sobre o impacto da violência nos direitos humanos e na dignidade humana, destacando a responsabilidade dos profissionais de saúde em abordar tanto as lesões físicas quanto os efeitos psicológicos e sociais das vítimas (Barchifontaine & Pessini, 2002).

Dentre os cursos analisados, destacam-se apenas três programas com foco específico na Saúde Coletiva. Essa escassez reflete diretamente na formação acadêmica, já que a Saúde Coletiva é fundamental para abordar questões como determinantes sociais da saúde e enfrentamento de desigualdades. Um exemplo é a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o curso 'Odontologia em Saúde Pública', avaliado com nota 4, que inclui a disciplina 'Saúde, Território e Ambiente', abordando aspectos essenciais da relação entre saúde e os contextos sociais.

Na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Piracicaba), o curso 'Gestão e Saúde Coletiva', avaliado com nota 5, oferece três disciplinas que abordam diretamente temas relacionados à questão da violência: 'Saúde, Sociedade e Promoção da Saúde', 'Responsabilidade Civil, Criminal, de Consumo, Administrativa, Trabalhista e Ética para os Gestores' e 'Seminários Avançados em Gestão'.

Por sua vez, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Araçatuba), com o curso 'Saúde Coletiva em Odontologia', avaliado com nota 4, se destaca por apresentar 13 disciplinas voltadas para a saúde coletiva. Entre elas estão: 'Administração na Área de Saúde', 'Odontologia do Trabalho', 'Políticas de Saúde', 'Ciências Forenses e Saúde Pública', 'Ética Profissional e Legislação na Área da Saúde', 'Bioética', 'Saúde Comunitária I e II', 'Tópicos Especiais: Ciências Forenses e Saúde Pública', 'Tópicos Especiais: Odontologia do Trabalho', 'Prevenção, Educação e Comunicação em Saúde Coletiva', 'Fundamentos de Saúde Coletiva' e 'Políticas de Saúde'.

4. DISCUSSÃO

Evidencia-se que os programas de pós-graduação stricto sensu em Odontologia no Brasil apresentam uma concentração expressiva na região Sudeste, com mais da metade dos cursos localizados nessa região. Esse fenômeno não é exclusivo da Odontologia, mas reflete uma característica histórica das desigualdades regionais brasileiras, que se manifesta na distribuição de recursos acadêmicos e investimentos em pesquisa. Alguns autores (Dias, Ramos, & Mendonça, 2020; Bleicher & Cangussu, 2024) destacam que essas diferenças estruturais afetam diretamente as distintas regiões nas suas possibilidades produzir conhecimento científico e formar profissionais qualificados, criando um ciclo vicioso de escassez de oportunidades. Essa concentração regional reforça o desafio de ampliar a oferta e a qualidade dos programas em outras regiões, com políticas que possam diminuir essas desigualdades.

Além da distribuição regional, outro aspecto relevante identificado nessa pesquisa foi a predominância de determinadas áreas do conhecimento nos programas analisados. A presença

expressiva da Clínica Odontológica em mais da metade dos cursos reflete a centralidade da prática clínica como base essencial na formação em Odontologia. Em seguida, aparecem áreas clássicas como Endodontia, Ortodontia, Periodontia e Dentística, todas com forte tradição no ensino e pesquisa odontológica. Por outro lado, áreas emergentes e socialmente relevantes, como Odontogeriatria e Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, demonstraram estar ausentes, não apresentando nenhuma área de concentração. Esse cenário, conforme apontam Moura et al. (2019) e Silva et al.(2022), reflete uma tendência histórica de priorização das especialidades técnico-clínicas em detrimento de abordagens sociais e coletivas, que poderiam ampliar o impacto da Odontologia na sociedade.

A análise desse estudo, também revelou a baixíssima presença do tema violência nos currículos dos programas. Apenas 2% das disciplinas abordam diretamente essa temática, que, apesar da relevância reconhecida no campo da saúde pública, permanece invisibilizada na formação odontológica. Esse resultado dialoga com o que Minayo & Deslandes (2007) já haviam destacado: o tema da violência, embora reconhecida como complexo e transversal, ainda enfrenta barreiras significativas para sua inclusão efetiva nos currículos de saúde. Mesmo nas áreas mais propensas a discutir essa questão, como Odontologia Legal/Forense e Saúde Coletiva, a abordagem é insuficiente. Além disso, a ausência dessa temática em outras áreas de concentração, como Odontopediatria e Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, representa uma lacuna crítica, uma vez que esses profissionais frequentemente atendem pacientes vulneráveis e em situações de risco.

No entanto, estudos mais recentes (Jessee & Rieger, 2017; Silva, Passeri, & Almeida, 2019; Bleicher & Cangussu, 2024), apontam para a necessidade de ampliar essa abordagem e destacam o papel dos cirurgiões dentistas na detecção de sinais de violência doméstica, especialmente por meio do reconhecimento de traumas orofaciais, frequentemente entre os primeiros indícios de abuso. O uso de evidências odontológicas em casos forenses, também reafirma o potencial da odontologia para atuar na identificação precoce de situações de violência.

No contexto da saúde pública, nota-se a importância de integrar as questões relacionadas à violência nos currículos de formação em saúde, destacando como o preparo técnico e ético, o qual pode transformar a atuação dos profissionais diante de situações de vulnerabilidade (Minayo, Deslandes, & Gomes, 2007; Barchifontaine & Pessini, 2002). O World Report on Violence and Health reforça a necessidade de capacitação contínua para que os profissionais de saúde identifiquem e respondam adequadamente aos casos de violência, especialmente no contexto das desigualdades sociais que afetam populações vulneráveis (Minayo, Deslandes, & Gomes, 2007). Essas contribuições reforçam a urgência de incorporar o tema da violência nos currículos, não apenas como um conteúdo teórico, mas como parte da formação prática que enfatize o compromisso ético e a promoção da saúde.

Apesar de a literatura recente evidenciar a relevância do tema, os currículos analisados indicam que a inclusão da temática ainda é insuficiente. Esses referenciais sugerem que há um consenso teórico sobre a importância do tema, mas que a sua aplicação prática nos currículos ainda é limitada.

Algumas limitações devem ser consideradas no presente estudo. A análise se baseou em dados disponibilizados na Plataforma Sucupira, que, embora seja uma ferramenta robusta, pode apresentar inconsistências ou não refletir com precisão o conteúdo programático das disciplinas. Além disso, a análise não se aprofundou no conteúdo qualitativo das disciplinas, impossibilitando a compreensão sobre como o tema da violência é abordado pedagogicamente.

5. CONCLUSÃO

À luz do exposto, é urgente a implementação de políticas educacionais que promovam maior inclusão da temática violência nos currículos, especialmente nas áreas que têm contato

direto com populações vulneráveis. Além disso, é necessário reforçar a interdisciplinaridade e ampliar a formação ética e social dos profissionais, conforme defendem diversos autores (Minayo, 1999; Schraiber & D'Oliveira, 2015; Pereira, Gomes, & Siqueira, 2023). Essa abordagem contribuirá não apenas para melhorar a preparação dos cirurgiões-dentistas, mas também para fortalecer o papel da Odontologia na promoção dos direitos humanos e na resposta às demandas sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ABO-Odontopediatria. (2010). *Manual de referência para procedimentos clínicos em Odontopediatria*. São Paulo: Santos.

Alves, G. M., Oliveira, C. C., & Lima, R. S. (2018*). Internacionalização e inovação na pós-graduação odontológica*. Brazilian Dental Journal, 15(3), 198-207.

Barchifontaine, C. P., & Pessini, L. (2002). *Bioética: alguns desafios (2ª ed.)*. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, Edições Loyola.

Bleicher, L., & Cangussu, M. C. T. (2024). *Evolução das desigualdades na distribuição de dentistas no Brasil.* Ciência & Saúde Coletiva, 29(1), e15942022.

Brasil. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. (2008). *As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil.* Rio de Janeiro: Fiocruz.

Brasil. Ministério da Saúde. (2009). *A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Disponível em: bvsms.saude.gov.br

Brasil. Ministério da Saúde. (2009). *Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual: Matriz pedagógica para formação de redes*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde. (2019). *Guia de Vigilância em Saúde: Volume 1 (3ª ed.).* Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: bvsms.saude.gov.br

Brasil. Ministério da Saúde. (2001) Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho - manual de procedimentos para os serviços de saúde.* Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114.

Britannica. (n.d.). *Dentistry: Dental specialties and subspecialties*. In Encyclopedia Britannica. Retrieved September 7, 2025, from https://www.britannica.com/science/dentistry/Dental-specialties-and-subspecialties

Campos, G. W. S., Minayo, M. C. S., Akerman, M., Drumond Júnior, M., & Carvalho, Y. M. (2007). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz.

Carvalho, L. S., & Andrade, M. P. (2019). *Apoio psicossocial e saúde bucal em vítimas de violência*. Social Dentistry Journal, 16(4), 289-295.

Cohen, L. A., Harris, S. L., Bonito, A. J., et al. (2007). *Coping with tooth loss: A qualitative study of oral health-related quality of life*. Journal of Dental Research, 86(5), 451-455.

Daruge, E., Daruge Jr, E., & Francesquini Jr, L. (2013). *Tratado de Odontologia Legal e Deontologia (1ª ed.).* São Paulo: Santos.

Dias, P. F., Ramos, R. A., & Mendonça, R. (2020). *O papel da CAPES e as políticas de avaliação em programas de pós-graduação*. Journal of Pesquisa Odontológica Brasileira, 26(2), 103-115.

Ferreira, H. M., Souza, C. R., & Nascimento, P. (2018). *Diretrizes curriculares e formação científica na odontologia.* Revista Brasileira de Odontologia, 32(4), 245-254.

Jessee, S. A., & Rieger, M. (2017). *Domestic violence: What every dentist should know*. Journal of the American Dental Association, 148(7), 518-523. https://doi.org/10.1016/j.adaj.2017.04.001

Juniper Publishers. (n.d.). *Advances in Dentistry & Oral Health: Classification*. Retrieved September 7, 2025, from https://juniperpublishers.com/adoh/classification.php

Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2015). *World Report on Violence and Health. Geneva: World Health Organization*. Available from: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/

Lima, A. F., Torres, M. R., & Sousa, L. S. (2021). *Capacitação de cirurgiões-dentistas para detecção precoce de violência*. Health Ethics Journal, 11(3), 210-218.

Lopes, A. C., & Macedo, E. (2011). *Teorias de currículo (1ª ed.).* São Paulo: Cortez Editora.

Medina-de-Cortillas, D., & Labbe-de-La-Fuente, M. A. (2024). Formação de competências para desafios em saúde bucal global. Oral Health Journal, 19(1), 67-75.

Medwin Publishers. (n.d.). *Open Access Journal of Dental Sciences: Classification*. Retrieved September 7, 2025, from https://www.medwinpublishers.com/OAJDS/classification.php

Minayo, M. C. S. (1999). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO.

Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2007). *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Moura, T. J., Vieira, S. R., & Carvalho, M. J. (2019). *Violência e formação de cirurgiões-dentistas: um enfoque social e de saúde pública*. Revista Saúde Coletiva, 30(1), 53-60.

Nunes, E. D. (2006). *Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In G. Wagner (Org.), Tratado da Saúde Coletiva (pp. 295-318).* São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed Fiocruz.

Oliveira, A. G., Sousa, D. D., & Ribeiro, J. V. (2020). *Prática clínica adaptada e empatia na odontologia*. Brazilian Clinical Dentistry Review, 23(1), 77-85.

Pereira, M. J., Gomes, F. R., & Siqueira, R. P. (2023). *Odontologia e direitos humanos: um olhar sobre a violência*. International Dental Journal, 17(2), 145-152.

Ramos, V., & Silva, C. (2021). *Dental trauma and abuse: A retrospective analysis of forensic cases*. International Journal of Forensic Odontology, 6(2), 145-151. https://doi.org/10.1007/s12009-021-00624-7

Rovida, T. A. S., & Garbin, C. A. S. (2013). *Noções de Odontologia Legal e Bioética*. São Paulo: Artes Médicas.

Santos, A. S., & Lima, A. F. (2019). *Qualificação docente e impacto na formação crítica*. Education Research Journal, 12(5), 443-449.

Schraiber, L. B., & D'Oliveira, A. F. P. L. (2015). *Violência contra a mulher: interfaces com a saúde*. São Paulo: Fiocruz.

Silva, R. H. A., Passeri, L. A., & Almeida, S. M. (2019). *Odontologia legal e violência: Identificação de lesões em casos de agressão*. Revista Brasileira de Odontologia Legal RBOL, 6(1), 33-42.

Silva, R. M., Alves, J. B., & Costa, A. C. (2022). *Atualização curricular e inclusão na saúde bucal*. Health Communication Journal, 34(6), 321-329.

Souza, A. D., Batista, F. L., & Santos, J. P. (2020). *Impactos da violência sobre a saúde bucal*. Oral Maxillofacial Journal, 22(8), 56-63.

Vanrell, J. P., & Borborema, M. L. (2007). *Vademecum de Medicina Legal e Odontologia Legal*. São Paulo: Mizuno.

Vieira, F. A., & Castro, M. S. (2021). *Reconhecimento precoce e atuação interprofissional na saúde bucal*. Journal of Public Health Dentistry, 21(2), 154-160.

Young, M. (2014). *Teoria do currículo: o que é e por que é importante*. Currículo sem Fronteiras, 14(2), 9-27.